

ENTRE O MEDO E O SUFRÁGIO: A PRÁTICA DE RITUAIS FÚNEBRES COMO PREVENÇÃO À ASSOMBRAÇÃO

BETWEEN FEAR AND SUFFRAGE: THE PRACTICE OF FUNERAL RITUALS AS
PREVENTION TO HAUNTING

Alyne Cavalcante Bezerra da Silva¹

RESUMO: O mistério que se esconde por trás do destino da alma após a morte abre espaço para explicações religiosas que se utilizam do medo do desconhecido *post-mortem* para incutir preceitos e atitudes indispensáveis para uma boa partida. Levando em consideração o catolicismo ocidental, que dita uma série de dogmas em relação à morte, pode-se encontrar um “manual” de preparação para a morte, o qual é decisivo para destinar a alma ao descanso eterno. Caso esse manual não seja seguido pelos vivos, havia a ameaça de que a alma se tornaria uma assombração e voltaria à Terra em busca de ajuda ou vingança. Assim, é pertinente uma análise para estudar o caráter principal do ritual fúnebre: Sufrágio ou prevenção à assombração.

Palavras-chave: Morte. Rituais Fúnebres. Assombração.

ABSTRACT: The mystery that hides behind the fate of the soul after death makes room for religious explanations that use the fear of the unknown *post-mortem* to instill precepts and attitudes essentials for a good death. Considering the western Catholicism, which dictates a series of dogmas about death, we can find a "manual" of preparation for death, which is decisive to destine the soul to eternal rest. If this manual isn't followed by the living, there was the threat that the soul would become a ghost and would return to Earth in search of help or revenge. Thus, an analysis is pertinent to study the main purpose of the funeral ritual: Suffrage or prevention of haunt.

Keywords: Fear. Funeral rites. Haunt.

INTRODUÇÃO

A morte, e todos os conceitos a ela agregados, sempre causou certa inquietação na mente humana. E quando se confronta essa inquietação com a religião, a saber, o cristianismo ocidental, a inquietude se transforma em medo, temor. A religião cristã ocidental, desde sua ascensão, impõe uma carga temerosa ao destino da alma após a morte: céu, inferno ou purgatório (este último, não aceito pelo cristianismo reformado). Além da incerteza sobre o destino da alma, havia ainda uma série de medidas que deveriam ser tomadas ao menor sinal

¹Mestranda em artes visuais no PPGAV da Universidade Federal de Pernambuco, (UFPE). Com licenciatura em História pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO), e especialização em Ensino em História do Brasil pelas Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão (FAINTVISA). Membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). E-mail: alyne.cbsilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8960-1774>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0066565418452903>. Recife, Brasil.

de convalescência; eram os rituais ligados ao sepultamento, os quais eram decisivos sobre o lar da alma que se desligava do corpo.

Sutilmente, o temor sobre a morte foi sendo imposto nas populações cristãs ao associar a morte ao conceito de “salvação da alma”, pois, ao morrer, tinham-se dois caminhos: o céu ou o inferno. No entanto, uma terceira opção surge, e com ela, a possibilidade de ter uma segunda chance de salvação.

Quando uma alma, ao morrer, não conseguia ir direto para o céu, ela ficava no “purgatório”, onde deveria expiar pelos seus pecados e contar com a indispensável ajuda dos vivos a fim de livrar-se do sofrimento e alcançar o céu. Para isso, à algumas almas, era concedida a graça de surgir aos vivos como forma de fantasma: “Deus permite estas aparições para consolo dos vivos e para excitar a compaixão, instruir e despertar a ideia da severidade dos juízos de Deus contra faltas que julgamos muito leves”. (Brandão, 1953, p.18).

É notável a sutil imposição do temor para com os vivos sobre o destino de sua própria alma no trecho “severidade dos juízos de Deus contra faltas que julgamos muito leves”, pois, se por um lado o destaque impõe o medo de que faltas leves possam levar uma alma ao padecimento, a negação à ajuda ou ao sufrágio por tal alma pode desencadear em algo bem pior, fazendo com que a alma se torne malfazeja e venha assombrar os vivos. Essa permissão divina para legitimar as aparições também será defendida por Delumeau (2009) mais adiante. Porém ela tem (ou deveria ter) sempre um caráter positivo, mas nem sempre era o que acontecia, pois os mortos eram “capazes de atormentar ou ajudar os vivos” (Reis, 1991, p. 90).

Para justificar o caráter “bom ou mal” das aparições, pode ser utilizado o típico termo cristão do *livre arbítrio*, pois, na teoria, a aparição só poderia se dar por uma “permissão de Deus, raras vezes, e por milagre, para ensinamento e confirmação da imortalidade da alma, para lição dos vivos ou para pedir socorro e sufrágios”. (Brandão, 1953, p. 8). O problema é que, muitas vezes, a passagem de uma alma não é feita da forma correta, seguindo todos os detalhes que são decisivos para destinar tal alma à salvação, então, para esses casos de almas que padecem no purgatório pela falta de uma cerimônia fúnebre adequada, elas acabam sendo:

condenadas à uma penosa existência, pois nunca podem entrar no mundo dos mortos ou se incorporar à sociedade lá estabelecida. Estes são os mais perigosos dos mortos. Eles desejam ser reincorporados ao mundo dos vivos, e, porque não podem sê-lo, se comportam em relação a ele como forasteiros hostis. Eles carecem dos meios de subsistência que os outros mortos encontram em seu próprio mundo e conseqüentemente devem obtê-los à custa

dos vivos. Ademais, estes mortos sem lugar ou casa às vezes possuem um desejo intenso de vingança. (Reis, 1991, p. 89).

Dessa forma, mesmo obtendo a permissão para pedir ajuda por sua alma, muitos desses mortos surgem para assombrar os vivos, já que o destino da alma, segundo os dogmas destacados aqui, também é determinado pela atitude dos vivos diante da morte. Então surge aí o que João José Reis chamou de “desejo intenso de vingança”.

Tomando como base os principais autores que trabalham as terminologias destacadas nesta pesquisa, será feita uma análise bibliográfica sobre o que mais motiva as pessoas no momento de dedicação aos rituais fúnebres: o medo da assolação fantasmagórica, mesmo que em caráter positivo (já que tudo que foge ao natural é desconhecido e causa temor) ou se a compaixão e sufrágio para com o ente querido, o amigo, o familiar que deixou a vida. Além de pontuar os principais aspectos do medo gerado pela ideia da morte e as práticas fúnebres usuais.

O MEDO RELACIONADO AOS TEMAS DA MORTE

O medo da morte e dos conceitos a ela relacionados são bem antigos e presentes em diversas culturas. O mistério trazido pela a ideia da morte faz surgir vários questionamentos sobre o destino da alma ao se desligar do corpo físico e a ausência de respostas concisas sobre essas questões acabou incutindo um grande receio em relação aos temas da morte. Para abrir essa discussão, é necessário fazer relações entre a morte e as principais religiões (nesse caso, ocidentais), pois foram em grande maioria, elas que disseminaram o temor sobre a morte, o destino da alma e os temidos fantasmas.

Ao analisar as práticas e dogmas de religiões seculares, é possível encontrar várias similitudes, sobretudo, sobre os rituais fúnebres e sua grande importância no momento da morte. O primeiro conceito que deve ser destacado é a crença na continuidade da existência da alma, mesmo após a morte. Ora, para se creditar tanto medo à morte, é imprescindível a “certeza” de que a alma permanece viva, mesmo desprovida do corpo físico.

Segundo antigas crenças gregas e italianas, Fustel de Coulanges (2009) afirma: “Ela [a alma] permanecia bem perto dos homens e continuava a viver sob a terra” (p. 24). Cabia aos vivos agora, cuidar dessa alma, para que ela, de fato, descansasse em paz. É aí que entra a grande importância dos rituais fúnebres.

O primeiro cuidado secular para com o corpo é o enterramento: “[...] era preciso que o corpo ao qual ela permanecia presa fosse recoberto de terra. A alma que não tivesse seu túmulo não tinha residência. Era errante [ou seja, fantasma]” (idem). Esse trecho em Coulanges deixa bem claro o surgimento de algumas tradições fúnebres. O enterramento, parte importante do ritual, simbolizava a residência da alma. Uma alma sem sepultura estaria condenada a se tornar fantasma, e mais: infeliz. E a alma infeliz era uma ameaça aos vivos, já que ela tinha a necessidade de fazer aparições tanto para assolar as pessoas (dado o seu condicionamento como alma malfazeja) como também para pedir por sua alma. Nesse sentido, é possível encontrar diversos exemplos na consagrada obra de Gilberto Freyre “Assombrações do Recife Velho” que traz relatos de vários casos de aparição de almas “materializadas”, que após sua morte, voltavam à Terra na intenção de pedir por si:

Dizia-se que pelos corredores da casa [...] costumava vagar um fantasma de velho alto e muito branco: a alma do próprio visconde a pedir perdão a escravos que maltratara. Também a pedir missas. Missas para sua pobre alma de rico arrependido dos pecados contra os negros. Chegava a visagem a fazer sinal com os dedos para indicar com precisão matemática aos vivos o número de missas que desejava fôssem (sic) mandadas dizer por sua alma pela pessoa a quem aparecesse: três, quatro, às vezes cinco missas. (1974, p. 75-76).

Além dessa aparição em caráter de pedir missas pela alma, muitas das aparições chegavam também a solicitar um sepultamento adequado tardio. E isso era sempre cumprido pelos vivos, do contrário, corria-se o risco de criar uma assombração à recusa de um pedido de uma alma que padecia pela falta de detalhes cerimoniais no momento de sua morte.

Dessa forma, entende-se que a cerimônia fúnebre e os seus detalhes iam muito além de um ato social e de sufrágio para com as pessoas que sofriam a perda de um ente querido (muitas vezes, as práticas fúnebres eram consideradas também como atitudes em busca de *status* social), mas era feito com a finalidade principal de trazer paz e felicidade à alma que deixou este mundo. Do contrário, havia a grande probabilidade da alma se tornar um fantasma e assolar os entes que deixou na terra.

O medo que permeava a questão do funeral adequado era tão marcante que as pessoas temiam mais a ausência do funeral que a própria morte. Era o medo do desconhecido, do mistério que se esconde por trás da morte. Com a certeza da assolação fantasmagórica das almas errantes, os vivos reproduziam o medo no futuro de suas próprias almas. Sem o funeral adequado, tinha-se certeza de que se tornaria fantasma. E ninguém queria esse destino para sua alma.

Levando esse medo certo em consideração, temos a questão dos testamentos que asseguram tal argumento, já que o testamento não servia apenas para a distribuição dos bens materiais, mas também para descrição de cada etapa do funeral, enredo das rezas, quantidade de missas a favor de sua alma, enfim, uma infinidade de pormenores que deveriam ser seguidos pelos vivos:

no passado as pessoas se preparavam diligentemente para a morte. A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Um dos meios de se preparar, principalmente mas não exclusivamente entre as pessoas mais abastadas, era redigir um testamento. Essa providência pode ser entendida como o rito inicial de separação. (Reis, 1991, p. 92).

Todos os desejos expressos no testamento eram seguidos à risca pelos vivos, garantindo assim, um destino mais feliz para a alma do morto.

Nas cidades antigas, onde essa cultura se propagou e perpetuou, a questão do sepultamento era tão séria que a privação do mesmo era usada até como sentença para os crimes mais graves. Além da pena de morte, havia a pena de não conceder ao criminoso um funeral adequado. Daí nota-se que a ausência de uma boa morte, era mais temida que a própria morte. Sobre todo esse imaginário fúnebre, criaram-se tantos dogmas que alguns autores chegaram a tratá-los como “religião da morte”, mesmo que, posteriormente, muito tenha se perdido. No entanto, os rituais essencialmente ligados ao funeral permaneceram intactos até o século XIX, principalmente no seio do cristianismo ocidental.

Esse cuidado exacerbado para com os mortos acabou tomando dimensões tão grandes que os mortos eram venerados e vistos quase como deuses. Havia sobre eles um misto de respeito e temor, já que ele [o temor] permeia todo o imaginário assombroso da ausência de rituais fúnebres. Em Coulanges (2009): “tinham por eles [os mortos] a veneração que o homem pode ter pela divindade que ama ou teme” (p. 30).

Mesmo que o tempo tenha reformado e até apagado muitas dessas práticas, observa-se que essa veneração, respeito e temor pelos mortos permanecem na contemporaneidade. Despreza-se, muitas vezes, o comportamento e as atitudes durante a vida de determinada pessoa, atribuindo ao morto um caráter de “herói”, “benfeitor”, “guerreiro”, mesmo que ele não o tenha sido, de fato. Isso faz surgir um questionamento: essa prática de se heroizar os mortos seria um ato de temor inconsciente para não “desrespeitar” ou manchar a imagem do morto ou seria apenas um ato, também inconsciente, de igualar as pessoas depois da morte, desprezando

distinções de classes sociais ou bem e malfeitores? O que poderia receber maior crédito a partir do que foi estudado é que essa tradição é mais uma expressão do medo dos mortos, na medida em que o tornar herói poderia diminuir a infelicidade da alma.

A “BOA MORTE” E OS PRINCIPAIS RITOS FÚNEBRES

Conforme tem sido estudado, um sepultamento adequado e repleto de detalhes é tão importante que pode mudar o destino da alma moribunda, levando-a ao descanso eterno. E essa ideia incutida pelo catolicismo era tão marcante que as pessoas achavam “que não era de tal forma, necessário esforçar-se excessivamente em viver virtuosamente porque uma boa morte resgatava todos os erros”. (Ariès, 2012, p. 57). O oposto disso traz infortúnios, não só para a alma, mas também para os vivos. Ora, no momento da morte, de acordo com o cristianismo ocidental, comumente é sabido de três destinos para a alma: o céu, o inferno e o purgatório. Este último merece mais aprofundamento, pois ele figura, nesse contexto, um “portal” para as almas errantes ou assombrações.

De acordo com Jean Delumeau (2009), quando a alma está no purgatório (uma espécie de destino provisório que pode levar ao céu ou ao inferno), o próprio Deus concede a essa alma a permissão para ir e vir à Terra a fim de pedir rezas ou missas por si: “Deus pode permitir que as almas dos mortos se mostrem aos vivos sob aparências de seu corpo de outrora” (p. 125). Isso explicaria a “materialização” de fantasmas, pois Deus dá a permissão necessária para que seus corpos tomem forma do ar e se condensem. (No caso da materialização de demônios, ela aconteceria por meio de cadáveres). A partir disso, deve-se levar em consideração o livre arbítrio de tal alma tanto para pedir ajuda, como para assombrar.

Nesse contexto de temor pelo destino incerto da alma, cabia aos vivos a missão de organizar um funeral com todos os pormenores necessários (muitas vezes ditados pela própria pessoa antes de morrer) para levar à alma ao céu. Todos esses rituais de passagem, receberam diversas terminologias. Em Ariès, é o “modelo de morte assistida”. João José Reis (1991) a trata como “boa morte” e diz:

nesse estilo de morte, o indivíduo administrava seu fim fazendo valer suas palavras. A tradição popular considerava esta uma “morte bonita”. Mas morrer assim representava um esforço coletivo. Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão (p. 100).

Essa morte assistida ou boa morte fundamentava-se em várias etapas, que poderiam variar de acordo com a intensidade dos preceitos religiosos do morto e de sua família, mas basicamente eles consistiam na preparação da casa, preparação do corpo, sepultamento e missas pós-morte (sétimo dia, corpo presente etc.).

A PREPARAÇÃO DA CASA

Comumente, o velório acontecia na casa do morto, mas ela deveria ser devidamente preparada para cumprir bem as etapas seguintes da boa partida para o além. Antes mesmo do momento da morte, na casa do moribundo já havia a presença de familiares e um padre que ouvia sua última confissão e aplicava-lhe a extrema unção no momento da morte.

Em grande maioria, os velórios aconteciam na sala das residências, dessa forma, toda a organização do espaço, deveria ser refeita para abrigar o caixão no centro da sala e os convidados em volta. Era possível encontrar velas acesas por todos os lados como forma de simbolizar a luz para o caminho dessa alma até o céu. Inclusive, no momento da morte, uma vela acesa era posta nas mãos do cadáver para que ele “não morresse no escuro”, conforme instruíam os preceitos religiosos.

Imagem 1 - Os sete pecados capitais e as quatro últimas coisas [detalhe], Hieronymus Bosch, 1485, Museu do Prado



Fonte: <https://tendimag.com/2017/10/13/o-galo-e-a-morte-revisto/hieronymus-bosch-pecados/> acesso em: 12 nov. 2019.

A depender da crença da família, o velório poderia ser iniciado durante a noite e finalizado ao amanhecer, para que os presentes fizessem uma espécie de vigília com rezas e cânticos, “encomendando” aquela alma à Deus. Ao final do velório, havia uma procissão até o cemitério, a qual os participantes, e principalmente os familiares, acompanhavam o corpo até o enterramento.

Dentre os temores de assombração já mencionados anteriormente, havia algumas tradições ligadas ao ato de levar o caixão até o cemitério. Uma delas é que a pessoa que sai da casa carregando o caixão tem que descê-lo até o túmulo, caso contrário o “morto pode voltar para buscar aquele que o deixou na metade do caminho”. Em Reis (1991):

diz a tradição que quem carregava o defunto na saída de casa se obrigava a entrar com ele no local de sepultura, sob pena de morte próxima. Se o cortejo parasse em frente a uma casa, um azar fatal atingiria os residentes, lembrando rituais africanos de acusação de feitiçaria. Ao se afastar o defunto, o dono da casa jogava água em sua direção dizia: “Eu te esconjuro! Deus te leve!” (p. 139).

A PREPARAÇÃO DO CORPO

Ao menor sinal de convalescência, era necessário iniciar os rituais para a boa morte. Se tratando do moribundo em si, ele repousava em seu quarto, rodeado por familiares, amigos, companheiros de trabalho e, a depender das condições financeiras da família, médicos.

A presença de muitas pessoas no quarto do moribundo era importante na medida em que dispusessem para com ele um ato de sufrágio, acompanhando o moribundo até a sua passagem: “Morrer acompanhado era especialmente importante quando a morte não dava aviso prévio” (Reis, 1991, p.103), pois, a todos os presentes caberia a missão de fazer a alma do doente entrar no céu.

Enquanto havia no quarto entes queridos rezando pela alma do convalescente, nos outros espaços, pessoas cuidavam dos demais detalhes: confecção da mortalha, banho, arrumação da casa para receber o caixão e os outros cuidados necessários.

OS RITOS RELIGIOSOS

Antes mesmo do momento da morte, um ou mais padres acompanhavam o doente em seu quarto, ministrando sobre ele os rituais previstos pela sua fé para bem encaminhar sua alma.

Esses rituais eram de grande importância para a boa partida e tinham que contar com a participação do moribundo, afinal, era o destino de sua alma que estava em jogo, por isso Ariès afirma: “não tinham pressa em morrer, mas quando viam chegar a hora, sem precipitação nem atraso, como devia ser, morriam cristãos”. (2012, p. 36).

Morrer no seio do cristianismo, executando bem todas as etapas previstas pelos preceitos religiosos era a boa maneira de morrer. E esses cuidados religiosos ministrados pelo padre, começavam antes mesmo da morte chegar:

Nos momentos de doenças grave, incurável e fatal, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção, administradas com sentidos específicos, eram procuradas pelo doente, no momento em que sentia que era “chegada a sua hora”. À proximidade da morte, a presença do padre era solicitada pelo moribundo, por seus parentes ou amigos, tendo em vista a necessidade de ele entrar em contato “último” e íntimo com Deus, antes da partida. (Rodrigues, 1997, p. 176- 177).

Antes da morte, o padre ouvia a confissão do moribundo e o absolvía dos seus pecados. Conforme o quadro piorava, o padre atentava para que nos instantes finais de vida, a extrema-unção fosse ministrada, para assim, libertar aquela alma do corpo enfermo. Dessa forma, a extrema unção era vista como o último suspiro do convalescente.

Mesmo depois do enterramento, os rituais fúnebres continuavam. Além da comum missa de sétimo dia, outras missas podiam ser encomendadas em favor da alma. Isso dependia dos desejos do morto, expressos no testamento e da condição financeira da família para dispor de tal cuidado; e os familiares, por longos períodos, mantinham a prática de fazer rezas e preces para que Deus levasse a alma do ente querido até o céu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo aceitando a naturalidade do fim da vida, a morte sempre causa uma ruptura na rotina da família e amigos de quem se foi. A solidariedade prestada à família de quem morreu, é indispensável e esperada pela família que se sente mais confortável e consolada junto aos entes queridos. No entanto, essa atitude solidária tão comum, vai muito além do que foi tratado aqui como “ato de sufrágio” pela família.

O cuidado com a cerimônia fúnebre, na contemporaneidade, tem um caráter de reunião de despedida, onde família e amigos velam o corpo prestando homenagens e dando adeus ao ente querido. Porém, até o século XIX, todo cuidado com os detalhes cerimoniais tinha uma importância muito maior na mentalidade das pessoas. Esse cuidado poderia ser decisivo para

determinar a residência da alma, levando-a para o descanso eterno e deixando a alma feliz. Negar a uma alma um funeral embasado nos preceitos religiosos era uma falta que não era comumente cometida pelas pessoas próximas ao morto, pois isso poderia acarretar no sofrimento da alma do morto, e, sabendo que a alma que sofria tinha grandes chances de se tornar fantasma, até mesmo as famílias menos abastadas se preocupavam com todos os detalhes da cerimônia fúnebre. Como disse Inocêncio III, citado por Le Goff (2017): “os vivos cuidam dos mortos porque eles mesmos são futuros mortos”. (p. 316).

Admitir que o temor do desconhecido destino da alma e o temor surgido pela possibilidade de ser assombrado pelo fantasma do morto são os maiores motivadores no momento da organização do funeral, não significa admitir que não havia o ato de piedade e sufrágio ou consolo da família e amigos, pois esse sentimento é inerente à própria morte, entretanto, a motivação causada pelo medo (originado pelo desconhecido ou pelos fantasmas) se torna mais marcante nesse contexto e tem embasamento no que foi estudado nesse trabalho.

Nesse ínterim, pode se perceber o quão forte é a influência dos dogmas religiosos, nesse caso, do catolicismo ocidental, que impôs o medo sobre o destino da alma, e deu garantias nas escrituras de que a materialização de fantasmas é real e é legitimada por Deus. Dessa forma, não foi difícil a rápida propagação desse, que é um dos grandes medos da humanidade.

Com isso, é possível notar que muito além de um ato piedoso para com o morto, a dedicação dos vivos em realizar uma cerimônia rica em detalhes era uma forma de prevenir infortúnios futuros: “um dos objetivos dos cultos funerários era impedir que os defuntos *voltassem* para perturbar os vivos”. (Ariès, 2012, p. 41).

Assim, admite-se no ritual fúnebre, a atitude de sufrágio tanto pela alma, como pela família que perdeu alguém querido, porém a finalidade primeira da organização do funeral, repleta de detalhes e aparatos é a de fazer com que a partida aconteça obedecendo aos preceitos religiosos para que a alma parta para o descanso eterno no céu e não fique errante no além e surja sob formas de assombração.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, PHILLIPPE. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BRANDÃO, Mons. Ascânio. **O manuscrito do purgatório**. São Paulo: Edições Paulinas, 1953.
- COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho de luto**. São Paulo: UNESP, 2010.